



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **ELIAS FAUSTO LOPES ME**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada inabilitada a empresa **ELIAS FAUSTO LOPES ME**, pelo não atendimento ao exigido no item 6.1.4 do Edital da presente licitação, manifestou-se o representante presente da citada empresa sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **ELIAS FAUSTO LOPES ME**, devidamente protocolado sob nº **13395/2019**, às **15h:25m:16s**, do dia **30/10/2019**. Por outro lado, as demais empresas licitantes regularmente intimadas, não se manifestaram.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 81/2019** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 70/2019** e nas razões de recurso apresentadas pela empresa recorrente, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentada pela empresa **ELIAS FAUSTO LOPES ME**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro, no tocante a inabilitação por não ter cumprido a exigência do item 6.1.4 – Qualificação Técnica do edital da licitação modalidade Pregão Presencial n. 70/2019.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja reconsiderada a decisão do Pregoeiro, bem como determinada sua habilitação no Pregão Presencial n. 70/2019.

4. No presente caso, o Pregoeiro inabilitou a empresa recorrente com seu brilhantismo habitual, não assistindo razão a recorrente em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

6.1.4. – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível características semelhantes ao objeto da licitação, através de Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

Art. 3 – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos. (grifo nosso)

5. Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

6. Portanto, no instante em que a Administração exigiu no edital que as empresas licitantes apresentassem a **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível características semelhantes ao objeto da licitação** é para segurança da mesma em relação aos materiais que serão entregues, em relação a qualidade e entrega. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

7. Sob este contexto, afirma-se que a Administração Pública, deve tratar todas as pessoas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

sujeitas as suas jurisdições com igualdade. Isto é, sempre que a Administração pretender praticar ato que gere benefício a alguém, todos os interessados no referido benefício devem e têm o direito de ser tratados com igualdade por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, a licitação decorre do direito das pessoas de serem tratadas com igualdade pela Administração. Por conseguinte, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira. No caso em tela, no momento da licitação a empresa recorrente somente apresentou os Atestados, diferente do alegado no recurso que afirma que a empresa apresentou atestado e notas fiscais, e, que o objeto social da empresa já demonstra a compatibilidade da empresa como objeto licitado. Ocorre que, os atestados apresentados pela recorrente são genéricos, sem especificar os materiais que foram vendidos pela empresa. E, por ser tratar de um pregão com vários itens de materiais de higiene e limpeza, é necessário que os atestados se atendem aos materiais que a empresa participou e não entregar atestados genéricos. Além disso, em seu recurso o recorrente não logrou êxito em comprovar que o documento apresentado contida os materiais que o recorrente participou. Em contrapartida os demais licitantes apresentaram Atestados específicos para os materiais que participaram cumprindo a exigência do edital, sendo assim, não seria isonômico que a empresa recorrente se classificasse apresentando atestados genéricos que não comprovam que a mesma comercializa tais produtos, as notas juntadas no recurso, além de não terem sido apresentadas na etapa correta, também não comprovam todos os materiais que a empresa participou.

8. A igualdade entre os licitantes, princípio que impede a discriminação entre os participantes do certame ainda é o epicentro da licitação. Seu não atendimento constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, importando, inclusive, ato de improbidade administrativa. Extraordinariamente, a igualdade é um dos baluartes do ordenamento jurídico nacional, tendo sido encartada no altiplano dos direitos fundamentais prestigiados na Constituição Federal, mais precisamente no *caput* do art. 5º, por meio do princípio da isonomia.

III – DA CONCLUSÃO

9. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, OPINO pelo **improvemento** do Recurso Administrativo.

Convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que declarou inabilitada no presente certame licitatório a empresa recorrente: **ELIAS FAUSTO LOPES ME.**

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos, em atendimento ao **item 16.3** do **Edital nº 81/2019** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 08 de novembro de 2019.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL